

HISTÓRIAS QUE MOVEM A HISTÓRIA: ANCESTRALIDADE E EDUCAÇÃO

Autora: Gloria Maria Anselmo de Souza

*Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói/RJ
Coordenadora do Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa MEC/SEEDUC/UFRJ
GRUPPE Grupo de Pesquisa em Políticas Públicas em Educação – UFF*

gloriaanselmo50@gmail.com

Coautora: Andreia Viana da Silva Diniz

*Universidade Federal Fluminense
Grupo de Estudos e Pesquisa Sobre Processos de Formação Institucionais– UFF
Secretaria Estadual de Educação do Rio de Janeiro
Secretaria Municipal de Educação, Ciência e Tecnologia de Niterói/RJ*

wilderandrea2@gmail.com

*Raro é o sonho que acaba na mesma noite.
A verdade não está num só, mas em muitos sonhos...*
(Provérbio africano)

As histórias fazem parte de uma tradição milenar que preservam a trajetória da humanidade desde os tempos mais remotos. Elas marcam a passagem dos homens pela Terra, seja em versão verificada real ou em forma de fantasias que embalam o imaginário social.

Le Goff (2003) defende que a História não deve ser entendida como ciência do passado, mas como a “[...] ciência da mutação e da explicação dessa mudança” (LE GOFF, 2003, p. 15). O autor nos apresenta conceitos diferentes de História, de acordo com as línguas românicas: a História como uma procura das ações realizadas pelo homem; a História como “o que os homens realizaram” sendo o tema central ou objeto de procura; e a História como uma narração, verdadeira ou falsa, fundamentada na “realidade histórica” ou no imaginário (SILVA E LIMA, 2009, p. 9785).

Para efeito deste artigo adotaremos a vertente defendida por Le Goff (2003) que considera o conceito de história como: “*o que os homens realizaram*” sendo o tema central ou objeto de procura. Nossa escolha resulta de muitos anos de trabalho e pesquisa com questões relacionadas à proposição contida no artigo 26-A, da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n.º 9.394/94, no que se refere à Lei Federal n.º 10.639/03 e Lei Federal n.º 11.645/2008, reafirmadas pelas orientações previstas no Estatuto da Igualdade Racial, ora em vigor.

Atentas aos movimentos articulados na sociedade brasileira para o enfrentamento dos

preconceitos, discriminação racial e racismos, como processos em curso para a conquista de direitos civis comprometidos com a população afro-brasileira, nos inquietava as diferentes formas de exclusão social sofrida por esses sujeitos de um coletivo do qual fazemos parte. Mas nossos olhares não se focavam apenas na tragédia. Buscavam sempre alternativas, caminhos, pistas que sinalizassem para outras possibilidades, na contramão da derrota e do fatalismo. Assim, nos constituímos pesquisadoras em diferentes tempos/espacos/indagações. Leitoras constantes de autores como Munanga (1996; 2004), Gomes (2001), Cunha Jr. (2008; 2015) dentre outros, combatentes engajados na luta histórica pela superação das desigualdades erguemos um pensar fazer sensível para estas questões.

Nessa perspectiva, a discussão aqui proposta se organiza em duas direções. A primeira busca recuperar alguns a alguns aspectos relacionados à história do Movimento Negro e suas implicações na vida da população brasileira, formada por africanos, afro-brasileiros, indígenas e portugueses a partir do século XIX, materializada na luta ferrenha para garantir ao coletivo de excluídos um lugar de respeito, valorização e dignidade na sociedade brasileira, iniciado em meados do século XXVII. A segunda abordagem resgata, ainda que parcialmente e respeitando os limites deste texto, as iniciativas contemporâneas dessa luta histórica pelo viés da literatura infanto-juvenil como um dos muitos caminhos articulados para dar continuidade à luta histórica pela preservação da identidade africana e afro-brasileira que tem em vista a preservação da memória ancestral dos povos africanos que se multiplicaram pelo Brasil como uma possibilidade legítima de existir e ocupar seu lugar no Brasil como cidadãos de direitos.

Nossas reflexões procuram recuperar as relações interpessoais, sociais e políticas que atravessaram e ainda atravessam a história dos africanos e afro-brasileiros, alguns movimentos que se apresentaram relevantes para a situação dos escravizados a partir da decisão de se constituir um movimento implicada com o enfrentamento de racismos, injustiças sociais em cumprimento aos preceitos da Constituição Federal de 1988. Tal interesse tem a ver com a afinidade relacionada a história da negritude na Brasil, os movimento de insurgência, as conquistas documentadas ou fruto de narrativas. Enfim, um mar de fatos narrados e/ou legitimados forjadores de memórias e identidades.

O encontro dessas duas vertentes se configura como alternativa de resistência e sobrevivência diante das atrocidades históricas que marcaram os últimos séculos da História, movida por muitas histórias. As histórias como parte da arte, da música, da literatura e outras formas de expressão que se apresentam como *objetos de procura* capazes de revelar o

desconhecido, o interdito ou aqueles fatos que, pelo poder que carregam, não devem ser apresentados. Le Goff (2003, p. 19), ainda argumenta que “*Há uma historicidade da história que implica o movimento que liga uma prática interpretativa a uma práxis social*”. Esta concepção orienta as discussões que propomos. Trata-se de uma pesquisa baseada em textos documentais, acadêmicos e literários que procuram manter pulsante o *tempo vivo da memória* (BOSI, 2003).

Com base nos estudos de Domingues (2006), o Movimento Negro se enraíza na história da população brasileira ainda durante o período de escravização pela iniciativa de escravizados e pares de abolicionistas e adentra os diversos processos desencadeados a partir da proclamação da república, por volta de 1890. A situação de vulnerabilidade que atinge a população negra recém liberta passa a exigir medidas protetivas urgentes, uma vez que não houve um planejamento para organizar a vida daqueles que até então, estavam na condição de tutelados por senhores escravistas, agora viveriam à margem, sem trabalho, moradia ou bens que lhes garantissem uma vida digna. Conta-nos Domingues (2006, p. 103) que,

Para reverter esse quadro de marginalização no alvorecer da República, os libertos, ex-escravos e seus descendentes instituíram os movimentos de mobilização racial negra no Brasil, criando inicialmente dezenas de grupos (grêmios, clubes ou associações) em alguns estados da nação (...). De cunho eminentemente assistencialista, recreativo e/ou cultural, as associações negras conseguiam agregar um número não desprezível de “homens de cor”, como se dizia na época. Algumas delas tiveram como base de formação “determinadas classes de trabalhadores negros, tais como: portuários, ferroviários e ensacadores, constituindo uma espécie de entidade sindical”.

Pelo Brasil, as mobilizações se organizavam. São Paulo, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul foram estados onde o Movimento Negro foi se desenhando com maior potência para assistir aqueles que ficaram desamparados em função do abandono imposto à população afrodescendente, com destaque especial para a associação denominada *Frente Negra Brasileira* (FNB). Este período inicial (1989 – 1937) marcou também o surgimento da imprensa negra (*O Combate, O Alfinete, O Getulino, O Clarim da Alvorada*, dentre outros) com caráter combativo e marcado por muitas denúncias.

Esses jornais enfocavam as mais diversas mazelas que afetavam a população negra no âmbito do trabalho, da habitação, da educação e da saúde, tornando-se uma tribuna privilegiada para se pensar em soluções concretas para o problema do racismo na sociedade brasileira. Além disso, as páginas desses periódicos constituíram veículos de denúncia do regime de “segregação racial” que incidia em várias cidades do país, impedindo o negro de ingressar ou freqüentar determinados hotéis, clubes, cinemas, teatros, restaurantes, orfanatos, estabelecimentos comerciais e religiosos, além de algumas escolas, ruas e praças públicas. Nesta etapa, o

movimento negro organizado era desprovido de caráter explicitamente político, com um programa definido e projeto ideológico mais amplo (DOMINGUES, 2006, p. 105).

Muitos fatos foram expostos pela imprensa, denunciando atrocidades, abusos e exclusão. Histórias reais vinculadas a trajetória trágica vivenciada pela população negra exposta pela imprensa da época de maneira naturalizada, demandando resistência e enfrentamento.



TÍTULO: O ALFINETE – Organ Litterario, Crítico e Recreativo

Dedicado aos Homens de Cor

FONTE: Imprensa Negra – Catálogo de Periódicos 1903 -1963¹

Jornais que, exercendo diferentes funções, iam formando, educando, criando alternativas diversas de ser e estar no mundo.

Os jornais, especialmente aqueles que se envolveram na campanha abolicionista da Corte, não perdiam uma oportunidade para denunciar os maus tratos contra os libertos. O Cidade do Rio, sob o título destacado de **VIOLÊNCIA E CRUELDADE**, publicou uma matéria do Correio de Cantagalo, município cafeeiro da Província do Rio de Janeiro, a respeito das atrocidades cometidas por policiais contra uma família de libertos, acusados indevidamente de roubo de uma fazenda próxima a casa onde viviam. (MACHADO, 2015, s/p).

E a população afrodescendente não se furtou à luta. Registraram-se diversas mobilizações tais como fugas, formações de quilombos e, dentre elas, vale destacar a formação de algumas associações exclusivamente femininas com destaque especial para a *Sociedade Brinco das Princesas (1925)*, em São Paulo e a *Sociedade de Socorros Mútuos*

¹ Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-imprensa-negra/>

Princesa do Sul (1908), em *Pelotas* (idem, p. 104) já demarcando o protagonismo da mulher negra nos processos de transformação social, política, econômica e cultural do país.

A partir dos anos de 1940 uma intensa repressão atingiu os movimentos reivindicatórios. Mas, ao mesmo tempo, emerge uma organização negra denominada “*União dos Homens de Cor*” (UHC), que se expando por diversos estados brasileiros, além de manter contatos com outros onde não foram abertas sucursais.

Sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” sua finalidade central era “elevar o nível econômico, e intelectual das pessoas de cor em todo o território nacional, para torná-las aptas a ingressarem na vida social e administrativa do país, em todos os setores de suas atividades” (idem, p. 108)

Suas ações foram de médio e grande porte até chegar a uma audiência com o então presidente Getúlio Vargas, para encaminhar um conjunto de reivindicações em favor da população de cor, nos anos de 1950. Seus dirigentes tornavam-se figuras eminentes tanto no ativismo como na vida pública. Desse grupo, destacaram-se José Bernardo da Silva (deputado federal), Abdias do Nascimento (teatrologista e um dos fundadores do Teatro Experimental do Negro - TEN)². Seguido por personalidades como Grande Otelo, Ruth de Souza e tantos outros.

Defendendo os direitos civis dos negros na qualidade de direitos humanos, o TEN propugnava a criação de uma legislação antidiscriminatória para o país. O grupo foi um dos pioneiros a trazer para o país as propostas do movimento da *negritude* francesa, que, naquele instante, mobilizava a atenção do movimento negro internacional e que, posteriormente, serviu de base ideológica para a luta de libertação nacional dos países africanos. Com a instauração da ditadura militar em 1964, o TEN ficou moribundo, sendo praticamente extinto em 1968, quando seu principal dirigente, Abdias do Nascimento, partiu para o auto-exílio nos Estados Unidos. (DOMINGUES, 2006, p. 109-110)

Quase um século de histórias que movem a História do Brasil. E nessa tessitura as narrativas da negritude afro-brasileira vão se construindo, marcadas por lutas, resistência e preservação das mais diferentes maneiras. Movimentos sociais organizados, arte, música, literatura e outras formas de expressão garantindo a sobrevivência da “população das pessoas de cor” em solo brasileiro a despeito de toda a repressão, racismos, preconceito e exclusão

² O **Teatro Experimental do Negro (TEN)** surgiu em 1944, no Rio de Janeiro, como um projeto idealizado por Abdias Nascimento (1914-2011), com a proposta de valorização social do negro e da cultura afro-brasileira por meio da educação e arte, bem como com a ambição de delinear um novo estilo dramaturgicamente, com uma estética própria, não uma mera recriação do que se produzia em outros países. Disponível em: <http://www.palmares.gov.br/archives/40416>. Acesso em 12/10/17.

social que lhe foi imputada durante a pós o período de escravidão criminoso cometido contra os povos africanos (CUNHA JR. 2016, p. 104 - 111).

Domingues (2006) nos conta que o período da ditadura militar representou uma derrota, ainda que temporária, para a luta política dos negros. Ele desarticulou uma coalizão de forças que palmilhava no enfrentamento do “preconceito de cor” no país. Como consequência, o Movimento Negro organizado entrou em refluxo. Seus militantes eram estigmatizados e acusados pelos militares de criar um problema que supostamente não existia, o racismo no Brasil.³⁴ De acordo com Gonzalez, a repressão “desmobilizou as lideranças negras, lançando-as numa espécie de semiclandestinidad”. A discussão pública da questão racial foi praticamente banida. Revisitando os escritos de Cunha Jr., recuperamos deles o seguinte relato: *“tínhamos três tipos de problemas, o isolamento político, ditadura militar e o esvaziamento dos movimentos passados. Posso dizer que em 1970 era difícil reunir mais que meia dúzia de militantes do movimento negro”* (idem, p. 111).

Com o progressivo enfraquecimento do regime militar, a partir dos anos de 1980, os movimentos sociais começam a se reorganizar e ganhar força. Várias organizações reivindicatórias, o ressurgimento da imprensa negra, luta pela introdução da História da África e do Negro no Brasil nos currículos escolares, bem como a busca pelo apoio internacional contra o racismo no país. Estes aspectos foram de fundamental importância uma vez que desembocaram na aprovação da Lei 10.639, de 09 de janeiro de 2003, que estabelecia alternativas para a concretização desse processo reivindicatório.

Rodrigues (2005), debruçando-se sobre questões relacionadas à política educacional nos aponta vários aspectos relacionados à história da educação da população negra a partir da década de 1980. Inicia com o resgate da discussão sobre educação e eugenia para garantir a dimensão histórica da questão educacional. Avança para as intervenções do Movimento Negro, sua relação com a educação tendo como eixo fundante a construção da identidade racial e avança pelos anos de 1980 a partir do ponto em que procura recuperar os embates travados durante o processo da Constituinte a fim de garantir direitos civis e sociais para a população negra, bem como o reconhecimento das identidades e diferenças que circulam no contexto educacional. Para a autora:

No final da década de 1970, o movimento negro passou a enfatizar a denúncia do ideal de branqueamento implicitamente veiculado nos livros didáticos, nas escolas, na omissão de conteúdos escolares, no enfoque dado pela história do negro na ênfase sobre a sua docilidade, como por exemplo, omitindo todo o movimento de resistência negro e os interesses subjacentes à Abolição (Pinto, 1993, p. 26). Ressaltou-se também a persistência da discriminação racial na forma da limitação do acesso à

educação na escola entre negros, evidenciada pelos maiores índices de analfabetismo, de exclusão e repetência escolar da população negra (RODRIGUES, 2005, p. 253).

Nessa direção, um dos braços de abordagem do movimento negro passa a incorporar questões relacionadas ao contexto educacional e a partir de então, organizar uma pauta de demandas ligadas a esta temática destinada a conduzir a política educacional brasileira nessa direção. Apresentava-se como ponto fulcral garantir que a nova Constituição contemplasse a questão da educação das relações étnico-raciais. Várias demandas, segundo a autora, são pautadas, discutidas e problematizadas tanto pelos legisladores, sociedade civil quanto por educadores prioritariamente, negros que atravessaram a Assembleia Nacional Constituinte. Muitos debates foram organizados a partir de uma agenda construída pelo Movimento Negro, ganhando expressividade na Constituição Federal de 1988 e na Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDBEN) n.9394/96, posteriormente alterada pela Lei Federal 10.639/03 pela Lei Federal 11.645/08, ambas promulgadas com o intuito de incluir nos currículos escolares as temáticas relacionadas a história e cultura africana, afro-brasileira e indígena, historicamente invisibilizadas nas discussões curriculares brasileiras por mais de dois séculos. Basta consultar os livros didáticos produzidos desde a formalização da educação escolarizada que é possível identificar as marcas da negação, destacando-se inclusive a omissão do Estado diante de tantas barbáries. Concluindo, Rodrigues (2005) aponta aspectos relevantes denunciados pelo movimento negro, destacando que:

Embora possamos reconhecer algumas mudanças na ação do Estado (...) essas iniciativas devem ser consideradas paliativas, dado seu caráter restritivo e pontual, ante a necessidade de ações estruturais que expressem um compromisso da política educacional com o combate ao racismo e à discriminação racial. (p. 262).

O texto da autora foi publicado em 2005. Transcorridos dez anos, sua argumentação se apresenta muito atual, desafiando a sociedade a buscar alternativas de superação para as pautas ainda pendentes. Basta uma pesquisa nos sistemas de ensino sobre as discussões propostas nos aportes legais antirracistas em relação ao seu cumprimento nos contextos escolares e facilmente constataremos que os avanços já poderiam ter alcançado patamares mais elevados. A própria postura da população brasileira denuncia práticas racistas, homofóbicas e machistas. Até quando?

Por outro lado, um conjunto de artistas, educadores e escritores, militantes ou não do Movimento Negro vêm, há muito tempo, valendo-se da literatura e do cinema para continuar a militância para o enfrentamento dos preconceitos. Assim, um vasto acervo vem se

constituindo e adentrando vários espaços educativos garantindo a efervescência das reflexões sobre a negritude e combate aos racismos. Música, a formação de grupos artísticos e culturais (Afoxé, Olodum, Filhos de Gadhi) são algumas das manifestações marcantes da luta por igualdade racial inauguradas na vida baiana ao longo do século XX, sem menosprezar outras, que representam marco expressivo da resistência e da ancestralidade, por meio da música, da dança e das diversas manifestações culturais que agregam à cultura negra no país.

A literatura infanto-juvenil também é uma dessas formas de expressão que vem ganhando cada vez mais expressividade no contexto educacional. Muito tem se falado sobre a formação de leitores e como introduzir a literatura dentro da sala de aula, como um recurso pedagógico valioso para a potencialização do ser. Segundo Coelho (1991) a literatura permite a:

Abertura para a formação de uma nova mentalidade, além de ser um instrumento de emoções, diversão ou prazer, desempenhada pelas histórias, mitos, lendas, poemas, contos, teatro, etc., criadas pela imaginação poética, ao nível da mente infantil, que objetiva a educação integral da criança, propiciando-lhe a educação humanística e ajudando-a na formação de seu próprio estilo. (COELHO, 1991, p. 5)

Tais reflexões iniciais apontam um caminho promissor para a formação de identidades infanto-juvenis mais potentes que se constroem em diferentes contextos sociais: vida, escola, sociedade. A literatura infantil também colabora para desenvolver a mente e a personalidade da criança e não só divertir e informar, mas ter significado para a criança, isto é, transmitir as experiências da vida.

No que diz respeito aos movimentos de resistência negra da contemporaneidade, este recurso vem se ganhando potencialidade para fomentar nas crianças e adolescentes reflexões sobre o fortalecimento das identidades raciais e promovendo processos significativos de autoaceitação, conhecimento e respeito às diferenças.

Ao analisarmos a história da literatura infantil, no Brasil e no mundo, podemos perceber como sua produção se relaciona às práticas sociais de cada época. Fato que se explica pela própria natureza da literatura que, segundo Nelly Coelho (2000), é um fenômeno de linguagem, resultante de uma experiência existencial/social/cultural. Ou seja, a literatura, como toda arte, é a de um tempo constituindo-se através de um ideário e, ao mesmo tempo, expressando-o. Assim, nos tempos atuais é possível localizar várias obras produzidas que tem como protagonistas personagens negros (*Menino Nito, Bruna e a Galinha d'Angola, Contos Africanos para Crianças Brasileiras*, dentre outros), o que permite aos profissionais de

educação acumular propostas de reflexão e problematização na vida e na escola sobre a história e cultura africana e afro-brasileira, bem como sobre a educação das relações raciais.

Bruna e a Galinha d'Angola (ALMEIDA, 2000) é uma obra muito interessante, pois narra uma versão da criação do mundo pela cosmovisão africana o que permite uma reflexão dialética sobre as diferentes abordagens que são feitas sobre esse fenômeno tanto do ponto de vista da Ciência, quanto do ponto de vista de outras religiões.

Paixão (2008) se vale da poesia para nos apresentar, de maneira lúdica e amorosa, o continente africano em toda a sua beleza e diversidade em *África: um breve passeio pelas riquezas e grandezas africanas*. Fala dos estereótipos construídos em torno desse lugar continental, com sua fauna exótica e exuberante, das riquezas, da Geografia, da História, da Arte e da Linguagem permitindo um passeio fantástico pelas diferentes do conhecimento e um diálogo com a Arte.

Menino Nito escrito por Sonia Rosa (1999) é um livro que não trata especificamente de questões ligadas à história da afrobrasilidade, mas discute de temáticas muito especiais: questões de gênero associadas às relações interpessoais entre pais e filhos e de cuidados fundamentais a uma educação mais humanizada. O diferencial: Nito é um menino negro e ganhou o apelido por ter nascido muito bonito. Sobre a literatura infantil, sinaliza Ribeiro que

Para a construção de um autocanceito favorável, é preciso que o ideal de ego não se mostre irrealizável, e fundamental para isso é o resgate da beleza, poder e dignidade das diversas etnias africanas. À criança afro-americana falta o modelo de Belo Negro (RIBEIRO, 1996, p. 172).

A autora pontua alguns aspectos que entendemos relevante destacar. Inicialmente, pontua a importância do fortalecimento das identidades em contraponto às possíveis realizações pessoais necessárias a um autoconceito positivo de si mesmo como promessa de interdiscursividade consigo mesmas e com os outros. Relembra a necessidade de ruptura com o apagamento histórico a que foi submetida a história da África, apenas com o intuito de subjugar, humilhar e expropriar de bens materiais e culturais as diferentes nações africanas pelos povos europeus. Um terceiro aspecto levantado pela autora diz respeito às crianças afro-americanas pontuadas pela autora e que estamos ampliando para “crianças negras e pobres do mundo inteiro”, com destaque nosso para as crianças afro-brasileiras que muito tem padecido de racismos, preconceitos por todo o Brasil, como pontua Fazzi (2004).

Destaque ainda dois títulos de Rogério Andrade Barbosa: *Contos Africanos para Crianças Brasileiras e Como as Histórias se espalharam pelo Mundo*. Nestas duas obras, o

autor lança mão da história oral, prática muito utilizada pela filosofia Griô³ africana com a intenção de a memória ancestral e transmitir saberes e conhecimentos da tradição continental. Na primeira obra o escritor é uma releitura da eterna luta entre o gato e o rato, fábula contada em diferentes versões que buscam esclarecer as razões da rivalidade entre os dois animais. Trata-se de um conto de Uganda e traz algumas peculiaridades que talvez valha a pena desvendar com as crianças. A segunda história trata de outro tema universal sobre as rachaduras do casco dos jabutis. Este conto faz uma reinterpretação da fábula conhecida popularmente, como *A Festa no Céu*, assim, cria-se a alternativa de comparação entre as duas versões (ocidental e africana) da mesma história.

Na segunda obra, temos uma bela narrativa do cotidiano de alguns povos nigerianos, ou residentes em Cabo Verde, Etiópia, Marrocos, dentre outros. Estes contos da literatura oral tem como personagem importante um animal já conhecido: o rato. Este personagem, assumindo uma postura griô, vai contando aspectos da cultura da arte, da religião e de tantos outros elementos da cultura africana historicamente invisibilizados para subjugar e dominar a população afro-brasileira, alijando-a do direito de conhecer outras vertentes de sua história. Enfim, as histórias reconstruindo a História da Humanidade. Por isso, reafirmamos que temos na literatura infanto-juvenil muito do que “*o que os homens realizaram*” sendo o tema central ou objeto de procura (Le Goff, 2003, p. 15).

Junto ao prazer da leitura, é possível ir introduzindo conhecimentos novos, emergentes, positivos capazes de ajudar a reconstruir a História pelas histórias. Os textos registrados nos antigos jornais, os depoimentos das irmandades, os textos que estão produzindo a História recente, os livros de literatura infantil, fruto da estrutura cultural social do nosso país na atualidade, podem representar um movimento de ruptura e transformação implicada com a construção de uma identidade autoconfiante e elevada para afrodescendentes e muitos africanos que vivem hoje no Brasil.

Escolhemos propositadamente o título para este texto. Ele trata das histórias da História. Poderíamos ampliá-lo vastamente, mas vamos encerrando por aqui, mas deixando uma questão a ser investigada por outros pesquisadores. Ele está relacionado ao município de Niterói a partir da seguinte questão: como está configurada a luta pela construção de uma identidade afro-brasileira na cidade? Quais iniciativas a caracterizam? Que ações já foram desenvolvidas? Há avanços nas busca pelas conquistas em favor dos direitos da população

³Lopes (2015, p. 75) esclarece que esta expressão é uma forma aportuguesada para *Griot*, termo franco-africano, crido na época colonial para designar o narrador, o cantor, cronista, genealogista que, pela tradição oral, transmite a história de famílias importantes personagens das quais está a serviço.

negra de Niterói? Vamos olhar a história real do país, as histórias fantasiosas que iluminam a literatura, sem nos perder da realidade local. Ela é uma ferramenta poderosa para o fortalecimento de crianças, adolescentes, jovens e adultos de Niterói. Le Goff (2003) nos desafia a investigar nesta cidade, a história como “*o que os homens realizaram sendo o tema central ou objeto de procura*” sobre as africanidades/resistências aqui invisibilizadas. O que tem Niterói a nos contar?

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Gercilda de. *Bruna e a Galinha D'Angola*. São Paulo:Pallas, 2000.
- BARBOSA, Rogério Andrade. *Contos Africanos para Crianças Brasileiras*. São Paulo: Paulinas, 2004.
- _____. *Como as Histórias se Espalharam pelo Mundo*. São Paulo: DCL, 2002,
- BOSI, Ecléa. *O tempo vivo da memória - ensaios de Psicologia Social*. São Paulo:Ateliê Editorial, 2003.
- COELHO, Nelly. N. *Literatura Infantil: teoria, análise, didática*. São Paulo: Moderna, 2000.
- CUNHA, JR. Henrique A. *Arte e tecnologia africana no tempo do escravismo criminoso*. Revista Espaço Acadêmico, n.º 166, volume 14, março de 2016.
- DOMINGUES, P. *Movimento Negro Brasileiro: alguns apontamentos históricos*. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/tem/v12n23/v12n23a07> . Acesso em 23/11/2016.
- FAZZI, Rita de Cassia. *O drama racial de crianças brasileiras – socialização entre pares e preconceito*. Belo Horizonte: Autêntica, 2004.
- LE GOFF, Jacques. História. In: LE GOFF, Jacques. *História e Memória*. Campinas, SP: UNICAMP, 2003.
- LOPES, Nei. *Dicionário Escolar Afro-Brasileiro*. São Paulo:Edições Selo Negro, 2015.
- MACHADO, Humberto Fernandes. *A Imprensa do Rio de Janeiro e o Pós Abolição*. XXVIII Simpósio Nacional de História: Lugares dos Historiadores Velhos e Novos Desafios 21 a 30 de julho de 2015, Florianópolis-SC. Disponível em: <http://www.snh2015.anpuh.org/resources/anais/39/1439600925>. Acesso em 10/10/2017.
- MUNANGA, Kabengele; GOMES, Nilma L. *O Negro no Brasil de Hoje*. São Paulo: Ação Educativa, 2004.
- PAIXÃO, Fernando. *África: um breve passeio pelas riquezas e grandezas africanas*. Fortaleza: IMEPH, 2008.
- RODRIGUES, Tatiane C. Embates e contribuições do movimento negro à política educacional nas décadas de 1980 e 1990. In: OLIVEIRA I.; GONÇALVES P. B PINTO, R. P. (Orgs.) *Negro e Educação: Escola, Identidades, Cultura e Políticas Públicas*. São Paulo: Ação Educativa, ANPed, 2005, p. 251 – 263.

RIBEIRO, Ronilda. Ação educacional na construção do novo imaginário infantil sobre a África. In: MUNANGA, K. (org). *Estratégias e políticas de combate á discriminação racial*. São Paulo:Edusp, 1996.

ROSA, Sonia. *O Menino Nito*. São Paulo:Pallas, 1999.

SILVA, Ligiane A.; LIMA, Rosilene de. Jacques Le Goff: Estudo de Conceitos em História da Educação. Disponível em: http://www.pucpr.br/eventos/educere/educere2009/anais/pdf/3122_1893.pdf

SILVA, Zélia Lopes. *Catálogo de Periódico (1903 – 1963)*. São Paulo:UNESP, 2008. Disponível em: <http://www.assis.unesp.br/#!/cedap---centro-de-documentacao-e-apoio-a-pesquisa/acervo-do-cedap/catalogo-da-imprensa-negra/>. Acesso em 12/10/17.

SOUSA, Andreia Lisboa. Personagens Negros na Literatura Infanto-Juvenil: Rompendo Estereótipos. In: CAVALHEIRO, Eliane (org.). *Racismo e Anti-racismo na Educação – repensando nossa escola*. São Paulo:Edições Selo Negro.